Bancos e custodiantes que aceitam cripto

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um cliente privado precisa de três relacionamentos: um banco para moeda fiduciária, um custodiante para tokens e, muitas vezes, um banco que faça as duas coisas. A Suíça está mais adiantada. Sygnum e AMINA detêm licenças bancárias e oferecem custódia, negociação, staking e crédito Lombard garantido pelos principais tokens. Zürcher Kantonalbank, PostFinance, Luzerner Kantonalbank, Swissquote, Maerki Baumann, Julius Baer e vários outros bancos tradicionais oferecem a seus clientes custódia e negociação de uma lista selecionada de tokens, alguns por meio das plataformas business-to-business da Sygnum ou da Crypto Finance.[1] Bancos privados de Genebra e Zurique que não oferecem custódia própria aceitam cada vez mais clientes cujo patrimônio provém de ativos digitais e encaminham a custódia a um parceiro. Em 2026, um cliente privado suíço com CHF 10 milhões em tokens pode mantê-los em um banco suíço com o mesmo extrato, o mesmo consultor e a mesma proteção na insolvência nos termos do art. 16 da Lei suíça dos Bancos (BankG/BankA) que seus valores mobiliários.[2]

Os bancos de Singapura têm sido mais cautelosos. O DBS oferece negociação e custódia por meio da DBS Digital Exchange a investidores credenciados e clientes corporativos. OCBC e UOB mantiveram-se afastados da custódia direta para clientes

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

privados, enquanto o Standard Chartered opera custódia por meio da Zodia Custody para clientes institucionais.[3] Um cliente privado residente em Singapura detém, portanto, tokens junto à unidade licenciada em Singapura de uma exchange global (Coinbase, Crypto.com, Gemini, OKX, cada uma com licença MPI, de instituição de pagamento de grande porte), junto a um custodiante especializado licenciado em Singapura ou junto a um banco suíço. A última opção é comum entre as famílias mais abastadas e é uma das razões pelas quais os family offices de Singapura mantêm relacionamentos em Zurique e Genebra. O fluxo inverso, de uma família suíça que utiliza um custodiante de Singapura, é mais raro e motivado por necessidades operacionais na Ásia.

Notas

1. Sygnum Bank AG e AMINA Bank AG (antiga SEBA Bank AG), licenças bancárias da FINMA concedidas em 26 de agosto de 2019; Zürcher Kantonalbank, comunicado à imprensa de 4 de setembro de 2024 (lançamento de negociação e custódia de criptomoedas para clientes de varejo); PostFinance, comunicado à imprensa de 21 de fevereiro de 2024 (negociação cripto via Sygnum). Parte C, Capítulo III, e Parte A, Capítulo III. ↩
2. Banking Act, SR 952.0, art. 16, n.º 1bis (ativos criptográficos mantidos para clientes são segregados na falência do banco se forem alocados individualmente ou mantidos coletivamente e prontamente atribuíveis); FINMA Guidance 06/2024, de 26 de julho de 2024 (confirmando a caracterização como depósito dos créditos contra emissores de stablecoins e o regime de segregação). Parte D, Capítulo IV. ↩
3. DBS Bank, comunicados à imprensa sobre a DBS Digital Exchange (lançamento em dezembro de 2020; extensão a investidores credenciados em setembro de 2022); Standard Chartered, lançamento da Zodia Custody em Singapura. Parte I, Capítulo IV. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com